

# THORSTEIN VEBLEN ENTRE SEUS PARES ECONOMISTAS: UM ESTUDO SOBRE A AUDIÊNCIA E A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DE SUA CRÍTICA SISTEMÁTICA AO PENSAMENTO ECONÔMICO

**Marco Antonio Ribas Cavalieri**

Professor Adjunto I da Universidade Federal do Paraná

Departamento de Economia

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – UFPR

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFPR

**Contato:** [cavaga@uol.com.br](mailto:cavaga@uol.com.br)

(41) 9924-1182

## RESUMO

Este artigo pretende contribuir com a tendência revisionista da biografia intelectual de Thorstein Veblen. Especificamente, almejamos estudar o lugar de Veblen entre os economistas de seu tempo nos Estados Unidos. Para tanto, analisamos a audiência, o contexto e a estrutura da argumentação que o fundador do institucionalismo usou em uma série de textos publicados entre 1898 e 1909. A esta série demos o nome de "crítica sistemática do pensamento econômico". Nessa série, ao mesmo tempo em que ele criticava a tradição do pensamento econômico, mostrava a história da ciência econômica como uma evolução em direção à posição que ele mesmo reivindicava para a sua perspectiva teórica, a de uma economia evolucionária. Identificamos que Veblen estruturou seu argumento com a explícita intenção de costurar um acordo com sua audiência de economistas, utilizando para tal o expediente retórico de "reinvenção da tradição".

**Palavras-chave:** Thorstein Veblen, história do pensamento econômico norte-americano, retórica da economia.

## ABSTRACT

This paper aims to contribute to the revisionist tendency regarding Thorstein Veblen's intellectual biography. Specifically, we aim to study the place of Veblen among the economists of his time in the United States. For this purpose, we analyze the audience, the context and the structure of the argument that the founder of institutionalism used in a series of texts published between 1898 and 1909. We named this series "systematic critique of economic thought". In this series, while he criticized the tradition of economic thought, he showed the history of economics as an evolution toward the position that he claimed for his own theoretical perspective, a position of an evolutionary economics. We identified that Veblen framed his argument with the explicit intention to reach an agreement with his audience of economists, and he tried to accomplish it using the rhetorical device of the "reinvention of the tradition".

**Keywords:** Thorstein Veblen, history of American economic thought, rhetoric of economics.

Área 1 – Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

**JEL:** B15, B31, B41.

## THORSTEIN VEBLEN ENTRE SEUS PARES ECONOMISTAS: UM ESTUDO SOBRE A AUDIÊNCIA E A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DE SUA CRÍTICA SISTEMÁTICA AO PENSAMENTO ECONÔMICO

Marco Antonio Ribas Cavalieri<sup>1</sup>

O famoso historiador do pensamento econômico Joseph Dorfman foi o autor da primeira e, até recentemente, única grande biografia do fundador da corrente institucionalista em ciência econômica. *Thorstein Veblen and His America*, originalmente publicada em 1934, fruto da tese de doutoramento de Dorfman na Universidade de Columbia, foi durante muito tempo a principal fonte de informação sobre a vida e a obra desse importante autor da passagem do século XIX para o XX. No entanto, apesar do ar de admiração que Dorfman demonstrava sobre as realizações intelectuais do economista norte-americano, marca sobremaneira sua tese a figura de uma personalidade perturbada, excêntrica, irrequieta, muitas vezes amoral e, certamente, marginal em relação à academia de seu tempo (Dorfman, 1947, [1934]).

Contestada na época de sua elaboração pelo irmão do economista, Andrew Veblen, a tese de Dorfman sofreu poucas críticas mais ou menos isoladas até os últimos anos do século passado. Então, a partir da década de 1990, com pioneirismo do trabalho de Stephen Edgell (1994, 2001), vários cientistas sociais e historiadores passaram a contestar a interpretação de Dorfman. Decisivo para esse trabalho foi o acesso aos arquivos do biógrafo, depois de seu falecimento, em 1991. Além de Edgell, Russell e Sylvia Bartley (1997, 1999, 2000) e os autores da biografia mais recente do institucionalista, Henry e Elizabeth Jorgensen (1999), são alguns dos autores que compõem a tendência que se pode chamar de revisionista. Rick Tilman, um estudioso de Veblen bastante ligado ao grupo dos economistas que gravita em torno da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE), também deve ser considerado como parte desse grupo.<sup>2</sup>

Segundo Tilman (2002), chama a atenção o fato de que a revisão sobre a vida e a obra de Veblen tenha acontecido principalmente nas páginas do *International Journal of Politics, Culture and Society*, e não no *Journal of Economic Issues*, publicado pela AFEE e lócus das publicações dos economistas veblenianos norte-americanos. Assim, entre os economistas e historiadores do pensamento econômico, o revisionismo só apareceu mais recentemente. No campo específico da história do pensamento econômico, Charles Camic publicou, em 2011, na prestigiosa *History of Political Economy*, um artigo que contribuiu muito para essa revisão. Tratando do trabalho de tradução de Veblen da obra do economista alemão Gustav Cohn, *System der Finanzwissenschaft (Science of Finance)*, Camic (2011) põe em dúvida a suposta marginalidade do tradutor entre seus pares economistas. Na mesma linha, a publicação dos *Essential Writings* de Veblen por parte de Camic, junto com o institucionalista britânico Geoffrey Hodgson, adota a linha revisionista para fazer uma longa introdução e comentários sobre as obras selecionadas do autor de *A Teoria da Classe Ociosa* (Camic, Hodgson, 2011).

Dito isto, assinala-se que o estudo apresentado aqui procura contribuir exatamente com essa revisão. Portanto, a discussão do lugar de Thorstein Veblen entre os economistas busca resgatar a figura do institucionalista de uma suposta marginalidade em relação à academia da ciência econômica de seu tempo.

Para argumentar nesse sentido, foi analisada uma parte da obra vebleniana que podemos chamar de “crítica sistemática ao pensamento econômico”, constituída por textos que vão desde o clássico *Why Is Economics not an Evolutionary Science?* (1898) até *The Limitations of Marginal Utility* (1909). Nessa crítica, Veblen tentava demonstrar que a ciência econômica até seu tempo não havia realizado a transição para aquilo que chamava de ciência pós-darwinista, ou evolucionária. Assim, este conjunto de escritos é basilar para entender a relação entre Veblen e seus pares economistas, pois foi neles que o antigo institucionalista escrutinou toda a tradição formativa da profissão, e o fez especialmente para o público de economistas.

Dado esse recorte na obra do fundador do institucionalismo, diga-se que os instrumentos que

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Ver Hudson (2002) para uma crítica mais geral ao trabalho de Dorfman sobre a história do pensamento econômico norte-americano.

foram utilizados para levar a cabo o estudo são elementos da abordagem da retórica da economia. Essa perspectiva, em nossa opinião, é capaz de mostrar como Veblen precisou de um acordo com seu auditório de economistas e, igualmente, como foi capaz de fazê-lo ao mesmo tempo em que criticava praticamente toda a tradição da profissão.

Dentro do ferramental da retórica da economia, a análise divide-se em dois momentos. Primeiro, há o estudo do auditório específico a que Veblen se dirigiu, apontando na direção de que dificilmente ele poderia legitimar sua posição sem algum tipo de acordo com sua audiência. O tempo em que Veblen veiculou sua crítica sistemática através das páginas do *Quarterly Journal of Economics (QJE)* e do *Journal of Political Economy (JPE)* foi exatamente o momento da profissionalização da ciência econômica nos Estados Unidos. Aliás, o próprio surgimento desses dois periódicos, especificamente de economia, foi uma das marcas desse processo de profissionalização, o primeiro aparecendo em 1886 e o segundo em 1892.

Depois, nossa análise da argumentação dos artigos da crítica sistemática mostra que existe uma estrutura explícita de “reinvenção da tradição” do pensamento econômico, com três elementos. Primeiro, Veblen narrou a história do pensamento econômico como evoluindo em direção à constituição de uma ciência econômica evolucionária, posição reclamada por ele para a sua abordagem teórica. Segundo, o argumento apresenta sempre amplo respeito em relação às realizações do passado da disciplina. Veblen sugeria que, se os “grandes mestres do passado” desenvolveram uma ciência não evolucionária, foi porque estavam inseridos em diferentes condições epistêmicas de possibilidade. Por último, e em consonância com o primeiro componente da argumentação acima, ele mostrava como a insistência (anacrônica) na característica que fazia da economia uma ciência não evolucionária era um “desvio da tradição”, o que ocorria àquele tempo principalmente através do marginalismo.

Na organização do artigo, antes de considerarmos a audiência e o argumento de Veblen, nessa ordem, analise-se brevemente os textos considerados como a “crítica sistemática”, procurando explicitar porque ela pode ter esse nome. No final do artigo, à guisa de conclusão, sugerimos um lugar para Veblen entre os economistas de seu tempo, resumizando os significados de sua audiência particular e do modo como ele estruturou de seu argumento.

## 1 – A CRÍTICA SISTEMÁTICA DE THORSTEIN VEBLEN AO PENSAMENTO ECONÔMICO

Bastante ativo no campo da economia desde 1892, ano em que foi para o Departamento de Economia da Universidade de Chicago, Veblen publicou até 1909 mais de 40 resenhas e quase 30 artigos.<sup>3</sup> A maior parte das resenhas foi publicada no *JPE*, periódico de economia da Universidade de Chicago, que foi editado por Veblen até a sua saída daquela instituição, em 1906. Por outro lado, seus artigos foram publicados principalmente no *QJE*, no *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, no *American Journal of Sociology (AJS)* e alguns poucos no periódico que editava. Neste período, Veblen publicou dois livros, *A Teoria da Classe Ociosa* (1899) e *The Theory of Business Enterprise* (1904).

Dentre todos esses escritos, conseguimos destacar uma série de artigos que chamamos de “crítica sistemática ao pensamento econômico”. Neste caso, a expressão sistemática cabe por duas razões. Primeiro, a série escrutina cada uma das grandes escolas de pensamento econômico, desde os fisiocratas, Smith, os clássicos e o neoclassicismo – este último, um termo cunhado por Veblen no texto de 1900<sup>4</sup> –, passando então pelos marginalistas, marxistas e pelos economistas àquele tempo bastante influentes, os historicistas alemães. Depois, como razão mais relevante, a crítica pode ser dita sistemática porque a estrutura da argumentação e seu objetivo central seguiram fielmente as linhas gerais delineadas desde o primeiro texto, de 1898. Em outras palavras, o conjunto de escritos apresenta uma coesão metodológica muito forte. O quadro 1, abaixo, apresenta os textos que formam a crítica sistemática.

Veblen, nessa série, criticou o pensamento econômico como um dos últimos redutos científicos no qual a **teleologia** teria lugar privilegiado como preconceito metodológico.<sup>5</sup> A argumentação é baseada na

<sup>3</sup> A mais completa listagem dos escritos de Veblen que conhecemos é a de Camic e Hodgson (2011). O institucionalista viveu até 1929, escrevendo prolificamente até pelo menos 1927.

<sup>4</sup> Ver Aspromourgos (1986).

<sup>5</sup> De acordo com o *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano (2000), teleologia é uma doutrina, um modo de explicação dos fenômenos que admite a causalidade do fim. Dito de outro modo: uma explicação teleológica é aquela em que as relações

idéia de que a maioria das ciências - especialmente as naturais - havia abandonado seus vieses teleológicos, enquanto a economia, em suas palavras, ficava: "desamparadamente atrás de seu tempo" (Veblen, 1898a: 373). É precisamente nessa linha que, para esse autor da virada do século, as ciências poderiam ser divididas entre pré e pós-evolucionárias, ou simplesmente em não evolucionárias e evolucionárias, ou, ainda, em pré e pós-darwinistas.<sup>6/7</sup> Veblen (1898a: 378) afirmava que o modo pré-evolucionário de se estabelecer relações de causalidade implicava uma ciência teleológica, ou seja, uma ciência na qual as relações de causalidade seriam comandadas pela direção a um fim pré-determinado. Na terceira parte desse texto tratamos com maior detalhe essa idéia.

QUADRO 1 – SELEÇÃO DE TEXTOS DE VEBLEN.

| Ano  | Título   | Periódico | Ano  | Título   | Periódico |
|------|--|-----------|------|--|-----------|
| 1898 | <i>Why Is Economics not an Evolutionary Science?</i> | QJE       | 1901 | <i>Gustav Schmoller's Economics</i>            | QJE       |
| 1899 | <i>The Preconceptions of Economic Science I</i>      | QJE       | 1906 | <i>The Socialist Economics of Karl Marx I</i>  | QJE       |
|      | <i>The Preconceptions of Economic Science II</i>     | QJE       | 1907 | <i>The Socialist Economics of Karl Marx II</i> | QJE       |
| 1900 | <i>The Preconceptions of Economic Science III</i>    | QJE       | 1909 | <i>The Limitations of Marginal Utility</i>     | JPE       |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

## 2 – A QUESTÃO DA AUDIÊNCIA: O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA ERA PROGRESSIVA<sup>8</sup> E A NECESSIDADE DO ACORDO

### *O Movimento de Profissionalização na Era Progressiva, Economia e Veblen*

Um dos mais celebrados estudos sobre a Era Progressiva, *The Search for Order*, de Robert Wiebe (2001 [1967]), distingue o que chama de tendência à profissionalização como uma das características mais marcantes daquele período. Profissionais dos negócios, médicos e advogados, engenheiros e professores, cientistas naturais e sociais passavam a se identificar orgulhosamente como especialistas em seus campos do conhecimento. Em suas áreas de atuação criavam associações e julgavam-se, cada vez mais, os legítimos construtores e, principalmente, os guardiões do saber especializado. Adicionalmente, para uma parte desses profissionais, Wiebe anota um processo paralelo de “academização”, dada a importância das universidades nessa história da profissionalização.

Dentro disso, a profissionalização das ciências humanas e sociais não foi menos forte do que a ocorrida entre as profissões mais tradicionais, como as de médico e advogado. Thomas Haskell (2000), em *The Emergence of Professional Social Science*, trata dessa profissionalização através do surgimento, da transformação e da derrocada da *American Social Science Association (ASSA)*.<sup>9</sup> Na interpretação desse historiador, o declínio da influência da ASSA nas décadas de 1880 e 1890 é uma expressão crucial desse processo, já que disso resultaria a formação de associações especializadas, como a *American Economic Association (AEA)*, nascida em 1885, e a *American Historical Association (AHA)*, formada em 1884. Para Haskell (2000), a ASSA não era uma associação dedicada a unir o que ele chama de “comunidade de pesquisadores”. Formada no imediato pós-Guerra Civil, a ASSA não foi construída por cientistas sociais profissionais, mas sim por uma variedade de acadêmicos e outros profissionais que Haskell (2000: 235) identifica como mais ligados pela sua origem social - de elite - e familiar, do que pelos interesses científicos comuns. Constituir uma comunidade de pesquisa, então, significou a construção de uma espécie de rede ligada por um interesse focado, com encontros periódicos, com publicações especializadas respeitadas e com conexões baseadas em interesses meramente acadêmicos ou

---

de causa e efeito, especialmente entre eventos que se sucedem no tempo, são ditadas por uma consumação final para a qual os fenômenos se dirigiriam. Em geral, essa "consumação final" tem origem religiosa ou puramente metafísica, ontológica.

<sup>6</sup> Estes três pares de termos são encontrados ao longo da obra de Veblen com o mesmo significado.

<sup>7</sup> O argumento de Veblen guarda bastante correspondência com a visão moderna de ciência sustentada pelo famoso naturalista Ernst Mayr. Segundo Mayr (1992), a ciência sofreu uma ruptura crucial com seu passado teleológico a partir do surgimento das teorias darwinianas.

<sup>8</sup> Era Progressiva é o nome que a historiografia norte-americana dá ao período que vai, grosso modo, de 1890 a 1920.

<sup>9</sup> Organização que surge em 1865 e desaparece em 1909.

profissionais.<sup>10</sup> Dorothy Ross (1991), outra estudiosa desse processo, concorda com Haskell, adicionando que essas novas comunidades também se tornaram uma forma de proteção de seus membros de “ataques” externos, procurando dar a legitimidade de ciência aos diversos campos profissionais academizados.

Nesse panorama, a economia acompanhou a tendência geral. O historiador do pensamento econômico Bob Coats é um excelente narrador da profissionalização da economia no final do século XIX, e sua avaliação aponta no mesmo sentido dos estudos de Wiebe, Haskell e Ross. Mais ainda, ele reforça o caráter mais profundo e agudo do processo nos Estados Unidos, se comparado ao que ocorreu na Grã-Bretanha (Coats, 2005a, 1998). Nessa linha, o historiador percebe que a cultura de valorização da pesquisa e da busca pelas publicações de repercussão surgiu antes nos Estados Unidos, impulsionada pela maior competitividade em um ambiente menos aristocrático do que o britânico. Além disso, Coats (2005a) afirma o caráter mais disciplinar das profissões acadêmicas no país de Veblen. Destarte, é precisamente nesse contexto que a primeira revista em língua inglesa especificamente de economia apareceu em Harvard, o *QJE*, em 1886.<sup>11</sup> Da mesma forma, a criação e o aumento do número de programas de doutoramento em economia durante a Era Progressiva deve ser notado. A partir dos dados de Froman (1930), vê-se que apenas 6 instituições ofereciam doutorado na área em 1904, enquanto em 1910 esse número subiu para 10, multiplicando os alunos em quase 3 vezes. Ademais, observa-se que, entre 1904 e 1920, o número de alunos de doutorado em economia nos Estados Unidos saltou de 24 para 139.

Sendo assim, fundamental para nós é que a carreira acadêmica de Thorstein Veblen inicia-se precisamente neste contexto, dentro de um Departamento de Economia inaugurado em 1892. O então presidente da nova Universidade de Chicago, William Harper, escolheu James Laughlin para a chefia do Departamento de Economia. Laughlin, na época professor de Cornell, levou para Chicago seu brilhante aluno Thorstein Veblen (Overtveldt, 2007; Barber, 2010). E, em 1896, Laughlin designou Veblen para a editoria do *JPE* (Longawa, 1992).

Esse cenário, sob nosso ponto de vista, bastaria para tornar razoável o argumento da necessidade de algum acordo para que Veblen publicasse e fosse lido entre os economistas, mesmo para que fosse aceito em um departamento de economia. No entanto, há outro detalhe que deve reforçar ainda mais a idéia de que Veblen realmente precisou estruturar sua crítica de modo a sugerir um acordo com os acadêmicos de economia de seu tempo.

Apesar de a literatura apontar a existência de uma grande pluralidade, ou melhor, de uma tolerância com idéias divergentes entre os economistas da época nos Estados Unidos, existia de fato uma divisão entre eles.<sup>12</sup> De um lado ficavam basicamente aqueles que estudaram na Alemanha sob a batuta dos economistas da Escola Histórica, e que se envolveram com as idéias religiosas de reforma do *Social Gospel*. Já do outro lado estavam os mais tradicionalistas e conservadores, ainda bastante influenciados pelo classicismo britânico e defensores do *laissez-faire* (Leonard, 2011; Bateman, 1998). Essa divisão esteve como entrevero principal na formação da *AEA*, e foi a razão pela qual vários economistas não se juntaram à associação desde o início. A primeira tentativa de fundar uma associação fracassou em 1884, principalmente pelo radicalismo reformista e o forte sentido de rompimento com o passado intelectual da disciplina que Edmund Janes James e Simon Patten tentavam impor. A segunda tentativa, de 1885 e capitaneada por Richard Ely, com uma linha reformista ainda marcante, contudo algo atenuada, conseguiu reunir um primeiro grupo mais um pouco mais eclético (Coats, 2005b: 110). Todavia, a *AEA* passou quase duas décadas lutando para aglutinar importantes colegas do lado mais conservador. Acadêmicos como Arthur Hadley, Frank Taussig – editor do *QJE* –, James Laughlin e o radicalíssimo darwinista social William Graham Sumner foram alguns dos nomes que não se juntaram na *AEA*

<sup>10</sup> Disse Haskell (2000: 236), sobre a questão do mérito: “Mas, em uma sociedade crescentemente interdependente, opiniões verdadeiramente confiáveis só poderiam vir de pesquisadores com dedicação exclusiva e organizados em comunidades de pesquisa bastante disciplinadas, nas quais os membros poderiam policiar os trabalhos uns dos outros com brutal intensidade.”

<sup>11</sup> O *Journal des Économistes*, francês, é de 1841. Já no mundo de língua inglesa, em 1890, Alfred Marshall notava a necessidade dos britânicos seguirem a experiência norte-americana e fundarem uma associação e um periódico, o que eles fariam no ano seguinte (Mason, Lamont, 1982: 395).

<sup>12</sup> Sobre o pluralismo, ver Coats (1998), Morgan e Rutherford (1998), Bateman (1998) e Rutherford (2011).

imediatamente. Somente em 1904, o último dos tradicionalistas que se recusava a associar-se à *AEA* mudou de idéia, e foi exatamente James Laughlin (Coats, 2005b). Deste modo, deve-se marcar que um grupo não negligenciável daqueles tempos tinha um grande respeito pelas realizações do passado da ciência econômica, e não parecia desejar uma rescisão radical com essa herança. Mary Morgan e Malcolm Rutherford (1998) citam como pertencentes a esse grupo relevantes acadêmicos como Frank Fetter, Herbert Davenport, Edwin Seligman e John Bates Clark, além de Laughlin, Taussig e Hadley, já arrolados por Coats (2005b).

Dada essa divisão no campo da economia, chama a atenção na biografia de Veblen que alguns dos “fiadores” de sua pertença à academia norte-americana eram tradicionalistas conservadores. Laughlin, como foi assinalado acima, tornou-se o primeiro empregador de Veblen, confiando-lhe inclusive a delicada tarefa de editar o *JPE*. Outro foi Frank Taussig, editor do *QJE*, que entre 1898 e 1908 veiculou no periódico que editava os artigos críticos de Veblen (Mason, Lamont, 1982). Ainda, Herbert Davenport, um tanto menos conservador, mas um dos que tinha grande respeito pelo passado, foi quem deu emprego a Veblen na Universidade de Missouri em 1911. Paralelamente, Tilman (1987) apresenta evidências de que Richard Ely, líder dos reformistas, não simpatizava com Veblen. Em razão dessas evidências, pensamos que interessa perguntar sobre o porquê de Veblen ser aceito entre esses economistas primordialmente conservadores.

Essa aceitação fica mais clara quando se considera o que estava por trás do reformismo de acadêmicos como Ely: o ímpeto religioso de reforma do *Social Gospel*. Além dele, Henry Adams, Edmund Janes James, Simon Patten e o famoso aluno de Ely, John Commons estavam envolvidos com a defesa de reformas sociais a partir de uma base teológica. Os tradicionalistas, por seu turno, formavam um grupo sem dúvida mais secularmente orientado (Leonard, 2011). Coats (2005b: 113) afirma que esse último grupo temia colocar em xeque o caráter profissional e científico da *AEA* se ela estivesse profundamente associada a um movimento popular religioso como o *Social Gospel*. Portanto, Veblen e seus trabalhos tinham duas características que podem ser apontadas como fatores influentes em sua aproximação com esse grupo mais tradicionalista. Apesar do aspecto extremamente crítico em relação às instituições conservadoras em obras como *A Teoria da Classe Ociosa*, o primeiro institucionalista era um reconhecido antirreligioso. Inclusive, em seu trabalho a religião é por vezes associada ao atraso científico. Além do mais, os escritos de Veblen no que tange à sociedade norte-americana são críticos e analíticos, mas não há em sua obra a proposição de reformas sociais. Assim sendo, o fato de se abster de propostas radicais de reformas e, principalmente, sua inclinação bastante pró-científica e irreligiosa, possivelmente tenham sido mais importantes para a aceitação de Veblen por parte de pares como Laughlin e Taussig do que sua posição crítica no tocante à economia clássica e às instituições de seu tempo. No entanto, devemos aditar a isso o fato de Veblen ter efetivamente estruturado seu argumento crítico no sentido de um acordo com os tradicionalistas.

### ***Os Textos Críticos de Thorstein Veblen e o QJE***

Para detalhar ainda mais a audiência dos artigos da crítica sistemática, vale considerar sinteticamente o periódico no qual quase todos os textos em foco foram publicados, o *QJE*.

Como foi dito acima, as publicações de Veblen estão espalhadas por vários periódicos – por exemplo, *QJE*, *JPE*, *AJS* e *PSQ*. No entanto, queremos assinalar que há diferença entre o lócus principal dos artigos da crítica sistemática, o *QJE*, e outros veículos importantes do mesmo período. Assim, para testar a diferença da audiência do *QJE* e de outros periódicos procedemos a uma inspeção na base de dados *JSTOR*, analisando a produção de economistas relevantes da época nos periódicos citados acima.<sup>13</sup> Imagina-se que um estudo sobre quem publicou em cada uma das revistas pode dar-nos uma idéia de quem seriam os principais leitores, assim como sobre a especialização do periódico.

A tabela 1 mostra o total de publicações entre 1895 e 1910 de cada um dos economistas

<sup>13</sup> Os critérios para escolha dos economistas foram: (1) presidentes da *AEA*; (2) presença em Blaug e Sturges (1983) e (3) nascidos entre 1847 (J. B. Clark) e 1867 (Fisher), ou seja, 10 anos antes e 10 anos depois do nascimento de Veblen. Isso para que possamos considerá-los dentro de uma mesma geração ou ao menos muito próximos da geração de Veblen. Tal critério exclui alguns nomes importantes, porém mais antigos, como Francis A. Walker (1840-1897), Charles Dunbar (1830-1900) e Simon Newcomb (1833-1909).

selecionados. Primeiro, observa-se que há uma diferença quantitativa entre o total de publicações de economistas nos periódicos de economia – o *QJE* e o *JPE* – e nos outros – o *PSQ* e o *AJS*.<sup>14</sup> Mesmo retirando os autores que publicaram mais em cada um dos periódicos, uma vez que as publicações são relativamente concentradas, o total de publicações de economistas nos periódicos de economia excede a publicação nos outros dois periódicos, notadamente no *QJE*. Outrossim, percebe-se que a publicação no *QJE* e no *JPE* é mais igualmente distribuída entre os economistas, especialmente em relação ao *AJS*. Enquanto 12 economistas publicaram no *QJE* e 11 no *JPE*, no *AJS* temos a publicação de somente 4 nomes diferentes. Isso deve indicar que somente alguns deles, quando com interesses ou motivações especificamente interdisciplinares, publicavam no *AJS*. Já no *PSQ* vemos a publicação de 10 economistas distintos.

TABELA 1 – PUBLICAÇÃO DE ECONOMISTAS DA ÉPOCA DE VEBLEN EM PERIÓDICOS SELECIONADOS.

| Autores                 | PSQ           |       | AJS           |       | QJE           |       | JPE           |       |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|
|                         | Nº de artigos | %     | Nº de artigos | %     | Nº de artigos | %     | Nº de artigos | %     |
| <i>Henry Adams</i>      | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 2             | 2,6%  | 0             | 0,0%  |
| <i>Thomas Carver</i>    | 1             | 3,4%  | 2             | 11,1% | 12            | 15,6% | 3             | 5,7%  |
| <i>J. B. Clark</i>      | 10            | 34,5% | 0             | 0,0%  | 5             | 6,5%  | 2             | 3,8%  |
| <i>J. Commons</i>       | 2             | 6,9%  | 10            | 55,5% | 9             | 11,7% | 1             | 1,9%  |
| <i>H. Davenport</i>     | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 3             | 3,9%  | 13            | 24,5% |
| <i>Richard Ely</i>      | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 1             | 1,9%  |
| <i>Frank Fetter</i>     | 1             | 3,4%  | 2             | 11,1% | 6             | 7,8%  | 1             | 1,9%  |
| <i>Irving Fisher</i>    | 1             | 3,4%  | 0             | 0,0%  | 4             | 5,2%  | 3             | 5,7%  |
| <i>Arthur Hadley</i>    | 1             | 3,4%  | 0             | 0,0%  | 1             | 1,3%  | 1             | 1,9%  |
| <i>James Laughlin</i>   | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 1             | 1,3%  | 22            | 41,5% |
| <i>Simon Patten</i>     | 1             | 3,4%  | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  | 0             | 0,0%  |
| <i>Edwin Seligman</i>   | 9             | 31,0% | 0             | 0,0%  | 5             | 6,5%  | 1             | 1,9%  |
| <i>Frank Taussig</i>    | 1             | 3,4%  | 0             | 0,0%  | 19            | 24,7% | 0             | 0,0%  |
| <i>Thorstein Veblen</i> | 2             | 6,9%  | 4             | 22,2% | 10            | 13,0% | 5             | 9,4%  |
| <b>Total</b>            | 29            | 100%  | 18            | 100%  | 77            | 100%  | 53            | 100%  |
| <b>Nº de autores</b>    | 10            |       | 4             |       | 12            |       | 11            |       |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A própria publicação de Veblen nesses periódicos deve servir de evidência para a discussão desses números. O institucionalista publicou em todos esses periódicos. Entretanto, ao se fazer uma avaliação do tema e do conteúdo das publicações, nota-se uma diferença interessante entre os artigos da crítica sistemática e os publicados no *AJS*. Enquanto os artigos da crítica sistemática voltam-se exclusivamente para a discussão das teorias econômicas, três dos artigos do *AJS* são mais propositivos, desenhando em linhas gerais a abordagem evolucionária que Veblen pretendia para sua ciência social, onde a influência da antropologia era marcante (Veblen, 1898b, 1898c, 1899c). Apresentados no *Graduate Club* da Universidade de Chicago, seus assuntos, ainda que contenham críticas ao pensamento econômico, eram claramente de interesse mais geral (Camic, Hodgson, 2011). O último dos artigos do *AJS*, de 1906, buscava explicitar o que se pode chamar de “epistemologia vebleniana”, portanto, outro texto que não se dirigia exclusivamente para os economistas (Veblen, 1906b). Já no *PSQ*, Veblen (1908, 1909) publicou

<sup>14</sup> Excluíram-se resenhas e notas.

suas críticas ao conceito de capital e às teorias de Irving Fisher, um assunto eminentemente econômico. Contudo, o sítio eletrônico da New School University (2011) sobre história do pensamento econômico aponta que o *PSQ* publicava regularmente artigos de economistas, com assuntos econômicos. Algo muito menos comum no *AJS*. Como exemplo adicional, se verificarmos as publicações de Thomas Carver e de John Commons no *AJS*, veremos que os assuntos são de natureza interdisciplinar ou de ciência social mais geral. Dos 10 artigos contabilizados para Commons, 8 fazem parte de uma série intitulada *A Sociological View of Sovereignty*, e, um dos artigos de Carver é simplesmente a transcrição de sua participação em um simpósio sobre a relação entre as ciências sociais.

Em adição às considerações acima, testamos a diferença das distribuições das publicações desse conjunto de economistas entre os 4 periódicos, submetendo os dados ao teste não-paramétrico de Kolmogorov-Smirnov. Tal teste pode apontar se existe diferença estatística significativa entre as distribuições. Um alto p-valor corrigido do teste de Kolmogorov-Smirnov aponta que não se pode dizer que as duas distribuições são diferentes.<sup>15</sup> Os resultados apontam para uma diferenciação marcante entre o *QJE* e o *AJS*. Com um p-valor um pouco maior, também encontramos diferença entre o *QJE* e o *PSQ*. Ainda, o teste aponta a inexistência de diferença entre as distribuições dos dois periódicos de economia, sugerindo que a distribuição das publicações do grupo de economistas no *QJE* e no *JPE* não tem diferença importante. Enfim, entre o *PSQ* e o *AJS* encontra-se diferença com um p-valor mais alto. O resultado de diferenciação entre o *AJS* e o *QJE*, bem como o resultado de que não se pode afirmar diferença entre o *QJE* e o *JPE* continuam os mesmos quando retiramos da amostra os autores que concentram o maior número de publicações em cada periódico. Assim, o teste aplicado aponta na direção de que os economistas publicavam segundo um padrão de distribuição diferenciado nos periódicos de economia e, mormente, no *AJS*. Isso deve reforçar nossa hipótese de que o padrão das publicações dos economistas nos periódicos de economia e no *AJS* tinham um caráter diferente. E o fato de que não se pode detectar essa diferença nos dois periódicos de economia deve robustecer nossa idéia sobre a disciplinaridade desses veículos (*QJE* e *JPE*). Os dados do teste estão na tabela 2.

TABELA 2 – RESULTADOS DO TESTE DE KOLMOGOROV-SMIRNOV PARA AS DISTRIBUIÇÕES DAS PUBLICAÇÕES DOS ECONOMISTAS SELECIONADOS

| <i>Periódicos</i> | <i>p-valor corrigido do teste K-S</i> | <i>Periódicos (com exclusão de autores)</i> | <i>p-valor corrigido do teste KS</i> |
|-------------------|---------------------------------------|---|--------------------------------------|
| <i>QJE/AJS</i>    | 0,010                                 | <i>QJE/AJS</i> <sup>16</sup>                | 0,017                                |
| <i>QJE/PSQ</i>    | 0,033                                 |   |                                      |
| <i>QJE/JPE</i>    | 0,237                                 | <i>QJE/JPE</i> <sup>17</sup>                | 0,166                                |
| <i>PSQ/AJS</i>    | 0,095                                 |   |                                      |

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Por último, consideremos que Coats (2005c: 83) relata a divisão de trabalho que se pretendia entre o *QJE* e o *JPE*. Laughlin desejava que o periódico de Chicago fosse mais voltado às “questões práticas”, deixando para a revista de Harvard as discussões de “teoria econômica” (incluindo o debate crítico-metodológico). Embora Coats (2005c: 90) assinale que a identificação dessa divisão de trabalho dependa da definição das categorias “teoria” e “questões práticas”, é observável que no período entre 1886 e 1910 houve um predomínio da chamada “categoria 2”, como definida no *AEA Index of Economic Journals*, no *QJE* (20% dos artigos). Essa categoria compreende “teoria econômica, incluindo teoria monetária”. Enquanto isso, no *JPE* apenas 7% dos artigos encaixava-se nessa categoria.

Em relação a essa divisão, há de se perceber que Veblen publicou dois artigos e uma nota nos primeiros números do *JPE*, e que os temas desses artigos eram tremendamente voltados às questões práticas. *The Army of Commonweal* (1894), a nota, analisava um famoso movimento social reformista daquela época, enquanto os artigos analisavam o abastecimento de alimentos e o preço do trigo – *The Price of Wheat since 1867* (1892) e *The Food Supply and the Price of Wheat* (1893) (Veblen, 1892, 1893, 1894). É possível que a decisão de mandar os artigos críticos para o *QJE* tenha sido influenciada pela

<sup>15</sup> Mais detalhes em Conover (1999).

<sup>16</sup> Excluído John Commons do *AJS* e Frank Taussig do *QJE*.

<sup>17</sup> Excluído James Laughlin do *JPE* e Frank Taussig do *QJE*.



proximidade com Laughlin, sobretudo por causa do trabalho editorial no *JPE*, dado o desejo desse último de fazer do *JPE* um periódico voltado às questões práticas.

Resumindo, o mais relevante para se determinar a audiência pretendida por Veblen é que não se pode desprezar a concentração de seus artigos críticos no *QJE*. Sem dúvida a linguagem técnica presente nestes periódicos na virada do século XIX para o XX não era a mesma de hoje, pois considerando a evolução instrumental da economia é certo que a audiência potencial dos artigos do *QJE* e do *JPE* no tempo de Veblen era mais ampla que a atual. Entretanto, não se pode deixar de lado que havia uma audiência específica para tais periódicos, especialmente naquela época, na qual se formava uma comunidade de leitores e pesquisadores primordialmente interessados em ciência econômica.

### 3 – UMA NARRATIVA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO OU COMO VEBLEN ESTRUTUROU O ACORDO

Se os textos críticos de Veblen foram direcionados à comunidade acadêmica em economia, como nos indica sua publicação no *QJE* e no *JPE*, importa notar como a estrutura do argumento apresentado busca aderência a esse auditório específico. Nessa linha, é possível argumentar que Veblen tinha sua própria versão da “reinvenção da tradição”, expediente retórico que Pérsio Arida (1983) constatou como típico entre os economistas.

O antigo institucionalista reconstruiu a história do pensamento econômico como uma progressiva evolução em direção à posição que reivindicava, de ciência pós-darwinista. Essa reconstrução utilizou dois elementos que pensamos formar o núcleo da argumentação. O primeiro deles é o que chamamos de **tese do ambiente epistêmico**, de acordo com a qual as idéias de uma época são em grande parte resultados do ambiente sócio-cultural. Já o segundo é a **tese do gradualismo**, que afirma o modo “gradual” e progressivo da evolução entre dois ambientes epistêmicos diferentes. Outros expedientes retóricos podem ser identificados na crítica sistemática, entretanto estas duas teses formam, em nossa opinião, o principal na estrutura argumentativa.

#### *O Argumento Geral, o “Ambiente Epistêmico” e o “Gradualismo”*

Se o título do texto de 1898 perguntava sobre as razões que faziam da economia uma ciência não evolucionária era porque, na avaliação de Veblen, existiam ciências que faziam jus ao então moderníssimo rótulo de evolucionárias.<sup>18</sup> Portanto, há nos textos em análise a comparação recorrente com outras ciências (Veblen, 1898a: 373, 388, 390; 1899a: 123-4). E, para reforçar esse argumento, Veblen ressaltava que os próprios porta-vozes da economia mostravam incertezas a respeito da maturidade científica de seu campo de estudos. Por isso ele iniciou seu manifesto, já nas primeiras páginas do texto de 1898, fazendo referência a Alfred Marshall, e remetendo o leitor a um texto publicado pelo inglês no próprio *QJE* (Veblen, 1898a: 374-5; Marshall, 1897).

Camic e Hodgson (2011) apontam que Veblen adotou o ponto de vista que fora o tema central do *best-seller* de John K. Ingram, *History of Political Economy*, de 1888. Nesta história do pensamento econômico, o autor sustentava que a ciência econômica de um determinado período histórico refletiria necessariamente as circunstâncias desse tempo. Mas, Veblen avançou neste tipo de análise, já que foi capaz de teorizar essa relação entre contexto histórico e idéias econômicas. Mais ainda, a teorização vebleniana dessa afinidade não está colocada somente para a ciência econômica, mas é mesmo um dos pilares centrais de toda a construção teórica do antigo institucionalista.<sup>19</sup> E essa teorização é tributária da original filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce, que fora professor do economista na Universidade Johns Hopkins, no início da década de 1880.

No cerne dessa teorização está um conceito que é capital para o sistema vebleniano, e justamente o

<sup>18</sup> Mostrar um campo científico como ligado filosófica ou metodologicamente à ciência evolucionária de Darwin era em si mesmo um expediente de argumentação importante na Era Progressiva (Leonard, 2011).

<sup>19</sup> Esta idéia está sugerida de forma mais ou menos explícita em *The Theory of Leisure Class* (1899), sendo retomada com força como um dos aspectos essenciais de *The Theory of Business Enterprise* (1904) e, depois, no capítulo metodológico daquela que Veblen considerava sua mais bem acabada obra, *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts* (1914) (Veblen, 2004a, 2004b, 2004c).

que deriva de Peirce: o hábito de pensamento.<sup>20</sup> Nos textos críticos, o autor reafirma várias vezes a tese de que os hábitos de pensamento são as estruturas de pensamento, poderíamos dizer que são os “modelos mentais” que definem a forma de apreensão de conhecimento em uma época específica (Veblen, 1898a: 377, 395-6; 1899a: 125; 1900: 240-1).<sup>21</sup> Nessa lógica, os hábitos de pensamento seriam parte das condições de possibilidade do conhecimento de um determinado tempo histórico, e a origem e a forma dos hábitos de pensamento estariam relacionadas com o ambiente social, cultural e tecnológico em que os indivíduos estão inseridos. Usando essa categoria, Veblen estava interessado em estudar a apreensão da realidade na forma de explicações baseadas no estabelecimento de seqüências (temporais) de fenômenos, e em como os cientistas estabeleciam as relações de causalidade entre esses fenômenos. Ele, portanto, aponta dois hábitos de pensamento que pautariam a construção do conhecimento humano: o ponto de vista **animista** e o **prosaico**.

O primeiro estaria ligado à construção de teorias de cunho teleológico, nas quais fins pré-estabelecidos dariam a tônica da seqüência, definindo *a priori* um resultado finalístico. De acordo com Veblen (1899a: 141), este hábito de pensamento seria uma antropomorfização dos fenômenos naturais ou sociais, pois imputaria às seqüências causais da natureza motivações, finalidades que seriam típicas dos seres humanos, dotados de consciência e de poder de deliberação.<sup>22</sup> O autor da crítica em tela, ainda, indicava que essa imputação de finalidades abre espaço para que os juízos subjetivos particulares dos pesquisadores definissem quais são as consumações finalísticas adequadas ou desejáveis, fazendo da ciência elaborada sob essa perspectiva um conhecimento pouco objetivo (Veblen, 1898a: 382-3; 1909: 625). Por outro lado, o hábito de pensamento prosaico relaciona-se com a elaboração de seqüências em que as conexões seriam estabelecidas como puramente causais, sem a pré-determinação de uma consumação final que dirigiria a cadeia de relações causais. Deste modo, neste tipo de formulação não há o mesmo espaço para a imputação de “vontades ou considerações de cunho personalistas” (Veblen, 1899a: 141; 1909: 625).

No corpo do texto citado, Veblen (1899a: 141) atribui essa concepção a “um grupo moderno de psicólogos”, sem fazer citações mais detalhadas. Mas, Camic e Hodgson (2011) mostram que essa concepção se deve ao antropólogo E. B. Tylor. Os mesmos autores notam também que William Isaac Thomas, sociólogo norte-americano, teria ensinado um curso na Universidade de Chicago da época de Veblen intitulado “*Animism*”. Todavia, em termos ligeiramente diferentes, essa discussão sobre o modo animista de apreensão da realidade já havia ocorrido entre famosos filósofos e cientistas da virada do século XVI para o XVII, tais como Kepler, Descartes e Boyle. Naqueles idos, debatia-se que explicações sobre o mundo apoiadas em idéias que sugeriam pretensas “motivações” de objetos inanimados deveriam ser descartadas como explicações filosoficamente aceitáveis - como a vontade do fogo e do ar “irem para cima” e a da terra e da água “irem para baixo”. A metáfora de que as “coisas do mundo” funcionavam como uma máquina, e que as explicações legítimas deveriam ser sobre a “mecânica” das causações entre os fenômenos ganhava terreno já àquele tempo (Shapin, 1996).

Uma das chaves filosóficas para diferenciação entre os dois hábitos de pensamento está nas categorias de **razão suficiente** e de **causa eficiente**. Esses dois conceitos foram bastante discutidos àquela época por Peirce, mas têm sua origem e importância para a filosofia estabelecida desde a antiguidade – no caso da causa eficiente – e da idade moderna – para a razão suficiente (Melamed, Lin, 2011). A razão suficiente estaria para o hábito animista, assim como a causa eficiente estaria para o modo prosaico. Diante disso, seguindo Hulswit (2002) para procurar o significado que Peirce dava à causação eficiente, chegamos à conclusão de que o ponto central das explicações via causa eficiente é a inexistência de motivações ulteriores à própria “mecânica” da relação de causalidade. A explicação na modalidade da causa eficiente estabeleceria uma relação dita diádica entre dois fenômenos, em que um deles é o causador do movimento, enquanto o outro é o efeito. Não há qualquer determinação exterior ao relacionamento que determine a direção do movimento. Mais do que isso, e o mais relevante para compreender Veblen, é que em uma seqüência de causas e efeitos explicados pela causa eficiente, o efeito

<sup>20</sup> Por vezes, encontra-se em Peirce “hábito da mente” (*habit of mind*).

<sup>21</sup> Um intérprete atual como Geoffrey Hodgson (2001: 149) define o papel dos hábitos de pensamento como o de “acomodar (*accommodate*) e reproduzir” as estruturas conceituais com as quais entendemos e atribuímos significado para o mundo.

final não pode ser conhecido *a priori*.

De outro ângulo, a razão suficiente diz que “tudo” deve ter uma razão ou causa, para além das causalizações imediatas entre dois fenômenos adjacentes na sequência (Melamed, Lin, 2011). Assim, explicações calcadas na razão suficiente devem remeter qualquer sequência de causas e efeitos a uma razão última. A relação entre uma causa e um efeito é intermediada, sempre, por uma causa exterior, o que estabelece uma relação triádica. Como a causalização exterior de cada relação triádica deve ter, ela mesma, sua causa exterior, a causa última comanda toda a sequência. Leibniz, pai do princípio da razão suficiente, dizia que os elementos essenciais do mundo continham *a priori*, em sua constituição, a pré-determinação de todas as relações possíveis. Para esse filósofo e matemático alemão, Deus havia estabelecido a harmonia do mundo na programação das propriedades desses elementos, as “mônadas” essenciais (Hulswit, 2002).

Exatamente como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005: 472 e ss.) descrevem o papel dos pares filosóficos em argumentações, é possível dizer que a diferenciação entre os entendimentos prosaico e animista formam um par filosófico cujo objetivo é dissociar, ou melhor, diferenciar a ciência econômica pré e pós-darwinista. Contudo, ao mesmo tempo, Veblen usou esse par no acordo com a audiência de economistas por dois expedientes. O primeiro deles é a **tese do ambiente epistêmico**, segundo a qual a compreensão dos “grandes mestres do passado” se dava sob formas mais o menos animistas em razão do ambiente sócio-cultural e tecnológico em que viviam. Reconheciam-se, dessa forma, as realizações dos “grandes mestres do passado” como elaboradas sob outras condições de possibilidade. Por consequência, era possível advogar a ruptura com a economia pré-evolucionária e ao mesmo tempo mostrar o trabalho dos fundadores como importante, como “grande realização” em seu tempo. Essa era uma teorização sofisticada de um argumento que reformistas do pensamento econômico utilizavam, como, por exemplo, fazia Richard Ely (1887: 117) ao conjecturar sobre o anacronismo do *laissez-faire* em seu tempo:

Deixe o leitor considerar por um momento o tempo no qual seus grandes mestres, Quesnay, Turgot e Smith viveram. Foi na última metade do século XVIII, quando o progresso da indústria era retardado por várias instituições antigas, válidas em seu tempo, sem dúvida, mas que se tornaram inadequadas. (...) quando recorreremos aos nossos antigos livros de economia política, para procurar por conselhos referentes a medidas práticas, a principal lição que aprendemos é ‘NÃO FAÇA’, Mas o lema de nossa época é declaradamente ‘FAÇA’.

O segundo expediente da argumentação é a **tese do gradualismo**, que busca ligar a reivindicação de Veblen a uma progressiva evolução da ciência econômica em direção à sua posição pós-darwinista. A mudança passo a passo do ambiente epistêmico provocara a gradual transição do predomínio do hábito de pensamento animista, mais arcaico, para o prosaico, mais moderno. Na opinião de Veblen (1899a: 140-1), a grande questão sobre a formação do conhecimento é estudar como ocorre essa mudança gradual, observando como o ambiente sócio-cultural e tecnológico condiciona essa transformação. A tese do gradualismo na análise da história do pensamento econômico é provavelmente o ponto do argumento vebleniano no qual o economista mais insistiu em seus primeiros textos críticos (Veblen, 1898a: 379-81, 385; 1899a: 123-4, 140-2, 148; 1899b: 399, 406-7, 411, 424; 1900: 240-4, 250-1, 256). É diante disso que é possível identificar, na crítica sistemática, uma reinvenção da tradição, como gradual evolução em direção à posição evolucionária. Vejamos, destarte, essa reinvenção em duas partes. Primeiro, a que trata da linhagem clássica, e, depois, aquela que versa sobre os historicistas alemães e Marx e os marxistas.

### ***A Evolução da Linhagem Clássica para a Economia pós-darwinista ou a História Gradualista e o Desvio Marginalista***

No terceiro texto da série *Preconceptions*, Veblen (1900: 261) deixou claro que sua intenção era analisar, nos três textos, “...uma linha que se coloca obviamente em continuidade ininterrupta com o corpo da teoria clássica...” Sendo assim, a história da mudança gradual do predomínio do ponto de vista animístico para o prosaico começa com uma análise das diferenças entre a fisiocracia e a economia de Smith, com referência aos contextos sócio-culturais e tecnológicos da França e da Grã-Bretanha. A ciência de Smith

representaria uma “fase mais adiantada” da pesquisa econômica quando cotejada com a dos fisiocratas (Veblen, 1899a: 135-6, 139).<sup>23</sup>

A diferença entre a teleologia mais evoluída de Smith e a dos fisiocratas fica patente na forma pela qual os ideários concebiam a origem da causa fundamental que regeria a sequência de eventos analisados pela economia (Veblen, 1899b: 400-1). Para os fisiocratas, a ordem natural benevolente é concebida essencialmente como resultado do funcionamento de forças extra-humanas, traduzidas principalmente pelo poder criador nutritivo da terra. Sendo assim, o aceite de propriedades teleológicas em elementos da natureza, isto é, fora da esfera humana, é ressaltada pelo primeiro institucionalista como uma forma mais incipiente de animismo: o animismo das forças da natureza. Em seu livro de 1914, por exemplo, Veblen (2004c) vai mostrar com base em estudos antropológicos como tribos primitivas imputavam a objetos inanimados ou da natureza – como ao sol e à lua - motivações, supondo vontade nesses seres, no sentido de uma antropomorfização dos mesmos.

Já em Smith, as motivações humanas ganhavam maior destaque. O economista de Kirkcaldy concebia uma natureza humana, e seria essa natureza a responsável, em grande parte, pela tendência melhorística dos fenômenos da ordem econômica. Ao não conceder aos elementos da natureza, e sim ao homem e à essência de seu comportamento o encargo da tendência geral dos fenômenos, Smith estaria abrindo sua economia para desvios de uma teleologia mais ingênua. Isso aconteceria porque, embora a natureza humana apontasse em uma direção, algumas ações humanas particulares (desvios) poderiam variar em relação à tendência central. Mesmo assim, o sistema smithiano estaria eivado de mecanismos pelos quais os desvios da ordem central seriam reajustados, o que levaria a sequência de fenômenos a flutuar em torno da tendência geral. A teoria do valor trabalho e a flutuação dos preços em torno dos preços naturais é o exemplo que Veblen usou para explicar como Smith concede aos fenômenos econômicos certo grau de liberdade, mas, sempre tendo em vista uma ordem pré-concebida (Veblen, 1899b: 401-2).

Essa diferenciação entre Smith e os fisiocratas, baseada no desenho da natureza humana, vai ser o modo principal pelo qual Veblen analisará a sequência da atenuação do caráter teleológico/animista das teorias econômicas. Quanto maior fosse a compreensão dos pensadores sobre a complexidade da psicologia humana, menor seria a necessidade de remeter à natureza uma tendência teleológica (Veblen, 1900: 248-9).

Sobre a atenuação da inclinação animística no pensamento de Smith e seu contexto, dois aspectos foram ressaltados pelo autor institucionalista. Primeiro, a Grã-Bretanha estaria mais avançada no que diz respeito à sua indústria. E, na medida em que os métodos de produção estariam mais mecanizados, menor seria o espaço para que os indivíduos pudessem negligenciar as conexões “mecânicas” – em termos de causa eficiente – entre os fenômenos. Poder-se-ia dizer que na transição de uma sociedade cuja produção é baseada no artesanato manual para outra, dependente de uma indústria mecanizada, maior seria a exigência da compreensão do mundo em termos prosaicos. E esse hábito de pensamento, no âmbito da produção, transbordaria para a compreensão do mundo (Veblen: 1899a: 142-3). O outro componente é cultural e político. As instituições políticas britânicas seriam menos personalistas e o império da lei sobrepunha-se à vontade pessoal do governante. Já na França, a observância de critérios de *status* social e a hierarquização da vida social e política, bem como o ceremonialismo estariam extremamente arraigados. Na religiosidade francesa, estariam mais presentes idéias de subserviência e domínio. E esses elementos seriam capitais para a manutenção do hábito de pensamento animista (Veblen, 1899a: 145, 148-9).

Os economistas seguintes na análise da linhagem clássica são os que Veblen considerou influenciados primordialmente pelo utilitarismo de Bentham - mesmo em casos em que essa influência fosse indireta, como para David Ricardo (Veblen, 1899b: 411-2). Essa separação entre os fisiocratas e Smith, como representantes da primeira fase da linhagem clássica, e seus seguidores utilitaristas, vem de um importante tratado de história do pensamento econômico do final do século XIX citado por Veblen,

<sup>23</sup> Os fisiocratas já eram tratados por Veblen (1898a: 381) como uma evolução em relação a ideários anteriores: “A história da ciência mostra um longo e tortuoso curso de desintegração do animismo – partindo dos dias dos escritores escolásticos, que discutiram a usura do ponto de vista da suserania divina, até os fisiocratas, que apoiaram sua causa em uma ‘ordem natural’ e em uma ‘lei natural’.”

*Philosophy and Political Economy*, do escocês James Bonar (2012, [1893]).<sup>24</sup> Malthus, Robert Torrens e James Mill são colocados ao lado de Ricardo nessa fase (Veblen, 1899b: 411, 417; 1900: 243).

O corte provocado pelo utilitarismo de Bentham é mais um passo em direção à atenuação dos fatores teleológicos extra-humanos. Para a corrente utilitarista dos clássicos, o ponto do qual parte a elaboração teórica é a psicologia do prazer e da dor, e não uma “ordem divinamente sancionada” (Veblen, 1899b: 412). Escrevendo em uma linguagem própria da filosofia de Peirce, Veblen (1899b: 414) dizia que a concepção de natureza humana serve como intermediária entre dois pontos da sequência dos fenômenos. De um lado estariam as sensações humanas de prazer e dor, no meio a natureza hedonista e, por fim, ter-se-ia o curso da ação tomado (*eventuation in conduct*). Nessa fase da economia clássica, haveria o caminho para um estado benevolente das coisas, mas isso se deve à ordem que emergiria da ação dos indivíduos, segundo suas naturezas hedonistas, e não de forças externas. A sociedade utilitarista é vista como a soma algébrica de seus indivíduos, portanto, quando estes perseguiriam seus objetivos individualmente estariam diminuindo a “dor” e aumentando o “prazer” de toda a sociedade (Veblen, 1899b: 419). Para Veblen (1899b: 424) o animismo não foi deixado de lado nessa fase, mas ele perdera um pouco de seu “tom”. As conclusões utilitaristas parecem resultar apenas da natureza humana hedonista, mas a causa última dessa psicologia humana não é considerada, pesquisada, desvendada, ficando, segundo o institucionalista, como uma natureza humana tomada *ad hoc*. Então, a maneira pela qual os utilitaristas concebem a natureza humana já continha, em essência, as conclusões que poderão derivar de uma teoria apoiada sobre estas bases.

Dois aspectos dessa evolução do classicismo em sua relação com ambiente sócio-cultural e econômico são importantes para se anotar. Em primeiro lugar, o autor dos textos críticos dedicou espaço muito menor para as explicações de como o contexto influenciou a guinada da linhagem clássica para o utilitarismo. Isso porque ele notava apenas um reforço gradual de fatores favoráveis aos hábitos prosaicos de pensamento: o recurso crescente aos processos mecânicos na indústria, o declínio dos poderes da aristocracia e do clero, bem como o aumento da densidade populacional, que resultaria em maior especialização e aumento do comércio e das trocas (Veblen, 1899b: 424). O segundo aspecto notável é a causalidade circular que Veblen estabeleceu entre o contexto e os hábitos de pensamento. O surgimento do utilitarismo seria resultado do contexto sócio-cultural, mas, depois, como se coaduna com o cenário que o gerou, vai ser tomado como um “guia do conhecimento produzido” (Veblen, 1899b: 413-4). O utilitarismo transforma-se em valor pelo qual as teorias científicas seriam avaliadas (Veblen, 1899b: 422).

A terceira geração estaria representada por John Stuart Mill e John Cairnes.<sup>25</sup> Esses clássicos que avançaram ainda mais na psicologia do agente econômico, seriam os economistas do “hedonismo sofisticado”. Segundo Veblen, eles foram capazes de reconhecer inclinações naturais diferentes das puramente hedonistas e, por isso, aceitaram que as motivações dependeriam do contexto em que estaria o agente. Por exemplo, o norte-americano assinala que Mill e Cairnes reconheciam diferentes motivações em diferentes classes sociais (Veblen, 1900: 244-5). Nisso, Veblen seguiu a discussão que Bonar (2012, [1893]) fizera sobre a metodologia de Mill, na qual se ressaltava esse caráter menos restritivo da natureza humana. De acordo com Veblen (1900: 248), essa concepção do agente econômico concederia um papel ainda mais ativo à psicologia humana, pois agora sua natureza não era estanque e uniforme em todos os indivíduos e em todos os cenários. Reafirma-se a regra de que quanto maior a liberdade de ação na concepção da natureza humana e de sua psicologia, menor o espaço para a teleologia (Veblen, 1900: 248).

Portanto, na economia de J. S. Mill e Cairnes o problema principal não era tanto o estabelecimento de um caráter restritivo para a natureza humana, mas sim um limite muito estrito para a ciência

<sup>24</sup> A obra de Bonar (2012, [1893]) tem o Livro II intitulado “Filosofia Moderna: Lei Natural”, e nessa parte o autor inclui, entre outros, Hume, os fisiocratas e Adam Smith. No Livro III, “Filosofia Moderna: Utilitarismo”, estão Malthus, Bentham, e os dois economistas famosos da família Mill, James e John Stuart.

<sup>25</sup> Nessa nova fase surgem os tratados metodológicos, que consideraram os objetivos e a natureza do saber econômico como ciência, e em relação a outras ciências. Veblen não faz referência direta aos escritos metodológicos de J. S. Mill, embora fique claro que ele toma como base a discussão de Bonar sobre o famoso economista e filósofo inglês. Bonar (2012, [1893]: 241), por sua vez, discute a metodologia milliana calcado na última parte do *Essays on some Unsettled Questions in Political Economy* e no sexto livro do *System of Logic*. Veblen (1900: passim) referencia bastante os trabalhos de Cairnes, pois os considerava mais arquetípicos da metodologia clássica dessa geração. Ele cita *The Character and Logical Method of Political Economy*, o *Essays in Political Economy* e o *Some Leading Principles of Political Economy Newly Expounded*.

econômica. Mill e Cairnes são os responsáveis pela definição da economia como uma ciência hipotética, focada somente no que derivaria do comportamento humano no tocante à perseguição da riqueza, isto é, no que resulta do comportamento hedonista. A ação humana derivada dessas inclinações vai ser o caso tomado como “normal”, enquanto todos os outros cursos de ação seriam “expurgados” como “fatores de distúrbio” (Veblen, 1900: 253-5). Nas palavras do crítico, a economia tornava-se: “...uma discussão dos fatos concretos da vida no que diz respeito à sua aproximação do caso normal.” (Veblen, 1900: 255). Com o reconhecimento da complexidade da psicologia humana, atenuava-se muito do caráter animista das gerações anteriores, mas, ao redefinir o papel da ciência econômica, eles não conseguiram fazer a transição completa para a economia evolucionária ou pós-darwinista (Veblen, 1898a: 385).

A relação que Veblen (1900: 249-50) fez dessa terceira geração com a mudança do contexto sócio-cultural e tecnológico está sobre as mesmas bases das anteriores. No entanto, no que toca à economia de Cairnes, Veblen notava a aproximação da economia com a química da época, “uma química extremamente (sistemática) taxonômica.” (Veblen, 1900: 256). É válido lembrar, então, que a obra de Cairnes sobre metodologia, *The Character and Logical Method of Political Economy* foi publicada em 1857. É nesse período que os químicos perseguiam a classificação dos elementos, pois as organizações mais definitivas dos elementos foram da década de 1860.<sup>26</sup> A economia de Cairnes seria o protótipo da ciência econômica taxonômica, que “classificaria” os fenômenos da economia de acordo com sua pertença ao caso normal, mantendo todo o resto fora do interesse do economista político.

A série dos textos *Preconceptions* termina com uma análise não definitiva sobre o que acontecia no campo da economia em seu tempo. Nas palavras de Veblen (1900: 261), seria necessário algum distanciamento histórico para concluir definitivamente a respeito dos resultados da economia desenvolvida pelos herdeiros do classicismo. Nesse ponto, o crítico utilizou o conceito de seleção natural, que se apóia mesmo nesse distanciamento temporal, argumentando que era cedo para avaliar qual seria a economia “selecionada” pelo novo contexto. No entanto, mesmo em um sentido inacabado e imperfeito, Veblen não se absteve completamente de dar um parecer sobre os trabalhos de Neville Keynes e de Marshall, tomados como então representantes contemporâneos da corrente clássica.

Para o autor de *The Scope and the Method of Political Economy*, Veblen reconhece um passo adiante na direção da economia evolucionária, na medida em que Neville Keynes atenuava o caráter “hipotético” da economia política, mesmo mantendo-se no campo metodológico de J. S. Mill e Cairnes. O norte-americano, inclusive, assinala a influência da Escola Histórica Alemã, que teria levado Neville Keynes a dar alguma atenção ao papel das “instituições e sua história.” (Veblen, 1900: 262). Isso exatamente no sentido conciliatório em que a obra de Neville Keynes é interpretada pelos metodologistas modernos, como no importantíssimo livro de Blaug (1992). Dentro dessa síntese, que Neville Keynes tentava fazer entre a abordagem milliana e a historicista, o que parece mais relevante para Veblen é uma mudança no ponto de vista sobre o objeto da economia. Esse objeto não deveria, para Neville Keynes, ser constituído apenas por aqueles fenômenos relacionados à busca da riqueza, ou seja, influenciados pelo comportamento hedonista, mas composto por todos os fatos que de alguma forma teriam relação com a atividade econômica dos homens. O que faltava para o institucionalista, enfim, era a admissão, por parte do professor de Cambridge, do fato de que todos os fenômenos sociais tinham relação com os fenômenos econômicos (Veblen, 1900: 262).

Se Neville Keynes teria proposto algo na direção da definição de uma economia mais evoluída, Marshall seria o economista que, “pelo menos superficialmente”, apresentava uma “aparência” de discussão mais moderna. Contudo, para Veblen, Marshall ficava apenas na intenção de fazer uma teoria no sentido evolucionário, não alcançando a efetiva elaboração de um sistema que superasse o atraso da ciência econômica (Veblen, 1900: 265). Sua teoria “permanece uma investigação dirigida para a determinação das condições de um equilíbrio das atividades e de uma situação quiescente e normal” (Veblen, 1900: 263). É assim que Veblen (1900: 261, 265-6) leu e definiu a economia neoclássica, que envolvia desde a formulação de Cairnes até o trabalho de Marshall como uma tendência “quase-evolucionária”, isto é, com a intenção e o objetivo de superar a economia de cores animistas, teleológica, mas ainda sem adotar plenamente os hábitos dos cientistas verdadeiramente evolucionários.

<sup>26</sup> Desse tempo eram os químicos John Newlands, Dimitri Mendeleev e Lothar Meyer (Weisberg, Needham, Hendry; 2012).

Finalmente, é importante traduzir um trecho do último parágrafo do terceiro texto da série *Preconceptions*, em que Veblen resumiu muito do que chamamos aqui de reinvenção da tradição. Nesse excerto, ao mesmo tempo em que estabelece um acordo com a tradição profissional, reconhecendo os feitos das gerações passadas, ele coloca a perspectiva evolucionária como a “direção” que a ciência da economia teria apresentado ao longo de seu desenvolvimento:

Tudo isso, é claro, não tem a intenção de desprezar o trabalho realizado, nem, de qualquer maneira, de denegrir as teorias que a geração de economistas que está passando tem elaborado ou o realmente admirável e grande corpo de conhecimento que eles originaram sob a égide da ciência; mas só de indicar a direção para a qual a investigação em suas fases mais adiantadas está – nem sempre com plena consciência – mudando no que diz respeito às suas categorias e pontos de vista (Veblen, 1900: 268).

Resta analisar o que o antigo economista institucionalista considerou sobre o marginalismo, corrente teórica que ele vai colocar no texto de 1909 como inteiramente em continuidade com a tradição clássica (Veblen, 1909: 621-3). O tom do artigo de 1909, já escrito quando Veblen havia deixado a Universidade de Chicago e a editoria do *JPE*, muda bastante. O crítico, àquele tempo professor de Stanford, não poupa a economia marginalista através dos mesmos expedientes retóricos que utilizara na série *Preconceptions*.

A linha que marca *The Limitations of Marginal Utility* é a da imputação da pecha de anacrônica à economia marginalista em comparação com as ciências modernas (Veblen, 1909: 624-6). Veblen usou um par dicotômico bastante popular na discussão metodológica daqueles tempos: o par economia estática/dinâmica. A partir disso, e declarando J. B. Clark como o expoente da economia marginalista, o institucionalista tentou demonstrar o caráter fútil de se buscar uma teoria dinâmica via marginalismo. Novamente, o argumento corre sobre a imposição do caráter teleológico às teorias de estirpe marginalista, assim como fora com o classicismo (Veblen, 1909: 621). O hedonismo, centro da formulação da psicologia humana na economia marginalista, aliado à adoção das instituições da propriedade e do livre contrato como direitos naturais, sempre existentes, tornaria o marginalismo uma teoria essencialmente estática. Ela só poderia procurar condições equilibrantes dentro desse escopo limitado de motivações humanas e configuração institucional. Neste ponto, ele utilizou um argumento de generalidade, como descrito por Arida (1983), afirmando que uma teoria verdadeiramente evolucionária tomaria a sociedade regida pelos contratos e pela propriedade como um ponto na história, não como uma situação natural. Da mesma maneira, o comportamento hedonista deveria ser avaliado no sentido de uma situação específica, condicionada pelo ambiente institucional e historicamente determinado. Dentro disso, Veblen estabelecia três critérios que deveriam ser observados em uma teoria pós-darwinista: (1) é preciso investigar as origens das instituições, não tomá-las como permanentes, imutáveis – é o que fez em Veblen (1898c); (2) A concepção da psicologia humana necessariamente teria que considerar motivações para além do hedonismo puro, da busca do máximo prazer com o mínimo esforço – tema de Veblen (1898b) e (3) não se pode tomar uma situação como dada de maneira apriorística, pois isso é justamente o que abre espaço para a subjetividade do investigador, que determinaria o ambiente institucional e a psicologia humana de acordo com as idéias que deseja demonstrar.

O que fica como central do texto de 1909 para nossa leitura da crítica sistemática é o fato de que o marginalismo, na argumentação vebleniana, seria o desvio da tradição. Se a grande linhagem clássica, constituída pelos “grandes mestres do passado” teria evoluído em direção à construção de uma economia pós-darwinista, os marginalistas empacavam esse desenvolvimento na teleologia, na estática, na taxonomia e na subjetividade. Essa interpretação, que toma o marginalismo como desvio em Veblen, tem o mesmo sentido das leituras de Rutherford (2011) e Yonay (1998), que vêem o embate entre o institucionalismo e o marginalismo como a grande batalha teórico-metodológica do início do século XX na academia norte-americana. Veblen estava, no momento da criação do institucionalismo pelas suas próprias mãos, identificando e criticando o pensamento que seria o grande adversário da tradição que criava.

### ***Gustav Schmoller e a Escola Histórica Alemã, Karl Marx e os Marxistas***

No último texto da série *Preconceptions*, Veblen (1900: 261) notou a dificuldade de tratar ali todas as escolas de economia, por isso a análise daquela série excluiria o marxismo e os historicistas alemães.

Como está mostrado no quadro 1, foi em outros textos que essas duas importantes escolas de economia foram escrutinadas. A estrutura da argumentação, no entanto, guarda bastante semelhança com a dos textos estudados acima.

Foi em uma extensa nota, publicada no *QJE* em 1901, que Veblen analisou a Escola Histórica Alemã. Muito embora o texto fosse principalmente uma resenha do então recém-lançado *Gundriss der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*, de Gustav Schmoller, o crítico institucionalista perpassou três vertentes ou fases do historicismo alemão. Primeiro, a geração mais antiga, da qual Wilhelm Roscher seria o mais destacado economista, mas que incluía Carl Knies e Bruno Hildebrand. Em segundo lugar, uma corrente de segunda geração, marcada pela recusa à elaboração de teorias econômicas, cujo mais importante economista seria Adolph Wagner. Já a versão moderna, de Schmoller, era contemporânea à economia de Wagner, mas representava uma tentativa de desenvolver uma teoria de caráter moderno, de cores pós-darwinianas (Veblen, 1901: 70-2, 74, 80-1).

Wilhelm Roscher foi apresentado pelo norte-americano como pertencente ao tempo do hegelianismo, da filosofia romântica, que eram as marcas da intelectualidade germânica de seu tempo (Veblen, 1901: 75).<sup>27</sup> E o hegelianismo era, para Veblen, uma concepção filosófica marcadamente teleológica. Para o hegelianismo, o espírito humano se desenvolveria por “necessidade interna”, o que pode ser interpretado como o postulado de que cada ser do mundo teria, em sua essência, a determinação de seu desenvolvimento - uma fórmula próxima do princípio da razão suficiente de Leibniz. O desvendar das leis de desenvolvimento interno teria a mesma força sobre a teoria que as leis naturais exerceriam na teleologia do classicismo (Veblen, 1901: 77). Desse modo, a teoria econômica dessa fase da Escola Histórica Alemã estaria baseada na idéia do desenvolvimento necessário, e a linha geral desse desenvolvimento seria determinada pelos “vieses e ideais” do investigador (Veblen, 1901: 78). Em última análise, esses vieses e ideais eram resultado do tempo no qual o investigador vivia, fazendo da economia de Roscher uma coleção de máximas (conservadoras).

A transformação da Escola Histórica em Schmoller foi apresentada como uma atenuação, ou até mesmo uma “relativa ausência” dos caracteres teleológicos inscritos nas formulações anteriores (Veblen, 1901: 79). O *Gundriss* de Schmoller, inclusive, foi bastante elogiado por Veblen, que admitia a economia do alemão como, por vezes, formulada em termos genuinamente pós-darwinistas (Veblen, 1901: 81). Veblen (1901: 81) também fez questão de dizer que Schmoller não estaria só nesse projeto dentro da nova geração do historicismo alemão, mas, infelizmente, ele não mencionou nenhum outro nome.

A análise do texto de 1901 corre em tons menos aprofundados em filosofia se comparada com a série *Preconceptions*. Desta feita, embora não exista nesse texto considerações pormenorizadas sobre a forma epistemológica das causalidades, a indicação do que é evolucionário no estudo de Schmoller fica clara. Schmoller estudaria a etnologia, a psicologia e a formação da cultura para entender os métodos de organização social, e daí os hábitos que se tornam instituições sócio-econômicas como a família, a divisão do trabalho e das classes sociais, a propriedade e o aparecimento de empresas e das corporações. Isso seria, segundo o crítico, um estudo das origens e da evolução, da persistência e da variação das instituições (Veblen, 1901: passim).

Todavia, Schmoller não conseguiria realizar por completo o ideal evolucionário. Ele fora vítima de seu próprio conservantismo (Veblen, 1901: 86, 88, 92-93). O autor da nota afirmava que, na medida em que Schmoller se aproximava da análise das instituições contemporâneas, o estudo abandonava a linha evolucionária e passava a ser normativo, no sentido de justificar, de defender a forma atual das instituições germânicas como as melhores e mais bem acabadas. Veblen (1901: 87, 93) assinalava que Schmoller via naquele tempo presente a “consumação intrinsecamente desejável”, normatizando o formato contemporâneo das instituições alemãs como suas formas finais e ideais, o que fazia de sua obra um estudo ainda eivado de teleologia.

Quanto à Marx, foco do artigo de 1906, a crítica vebleniana é bem parecida com a dirigida ao historicismo alemão e mesmo com aquela voltada ao classicismo. Já no que diz respeito aos marxistas de

---

<sup>27</sup> O encaixe da filosofia germânica desse tempo no rótulo “romantismo” é creditada por Veblen (1901: 75) ao filósofo dinamarquês Harald Høffding.



fins do século XIX, tratados no texto de 1907, o institucionalista elogiava uma grande evolução em direção ao pós-darwinismo.

As duas principais influências de Marx foram reconhecidas de pronto pelo norte-americano. Assim, Veblen (1906a: 575) afirmava que o sistema marxiano tinha apenas um “ar de originalidade”, pois seria uma combinação dos pré-conceitos comuns ao classicismo britânico, oriundos da filosofia da lei natural, e do hegelianismo alemão.<sup>28</sup> De tal modo, montado sobre pilares pré-darwinistas, o sistema marxiano era necessariamente uma ciência que não se encaixava entre as evolucionárias. Veblen entendia, como indicara o próprio Marx, que a teoria econômica marxiana encontrava-se dentro de seu sistema “guarda-chuva”, a “Concepção Materialista da História”. E esta era uma concepção principalmente derivada da filosofia hegeliana, romântica como as pré-concepções dos historicistas alemães (Veblen, 1906a: 579, 595, 1907: 302). Marx era um economista do terceiro quarto do século XIX, portanto um homem sob a influência dessa filosofia alemã, como toda a classe letrada daquele país, dizia Veblen (1907: 299).

A ciência econômica de Marx, desse modo, seria um sistema típico da teleologia que Veblen condenava, e teria uma consumação final bem clara: o fim das lutas de classes na realização da sociedade sem classes do socialismo (Veblen, 1906a: 582). De acordo com Veblen, as pré-concepções marxianas foram adotadas e desenhadas para que o sistema levasse à conclusão desejada pelo elaborador. Basicamente, premissas como o valor trabalho, assistidas por premissas auxiliares como a capacidade das classes sociais tomarem consciência de seus interesses, foram trabalhadas com o intuito de demonstrar a consecução da revolução socialista. Tudo isso influenciado pelas pré-concepções hegelianas (românticas), segundo as quais os movimentos históricos devem ser “autocondicionados”, isto é, desenvolvem-se por “necessidade intrínseca” (Veblen, 1906a: 580).

O âmago da teleologia, da demonstração do termo final é a linha de raciocínio que, em Marx, leva da diferença entre o trabalho pago e o valor das mercadorias produzidas, à acumulação de capital, à aplicação desse capital em tecnologias poupadoras de trabalho, e, conseqüentemente, à formação do exército industrial de reserva, que significaria a pauperização da classe trabalhadora. Então, empobrecida e consciente de seus interesses, a classe trabalhadora realizaria a revolução socialista (Veblen, 1906a, passim). O institucionalista discordava do final certo da revolução, pois para Veblen uma teoria verdadeiramente evolucionária não poderia demonstrar caminhos únicos e inequívocos.

Alguns fatores foram aventados como obstáculos à consecução do final marxiano. Primeiro, Veblen (1906a: 594) citava a lei da população, segundo a qual uma classe empobrecida diminuiria sua taxa de natalidade, diminuindo assim o tamanho da própria classe e, logo, o próprio exército industrial de reserva. Depois, ele mostrava como a conscientização da classe trabalhadora e, principalmente, a conclusão derivada de que tal classe, assim conscientizada, levaria adiante uma revolução socialista, seriam apenas hipotéticas, até mesmo improváveis. Um dos caminhos que poderia levar a classe trabalhadora a voltar sua indignação não contra a classe proprietária, mas contra “agentes externos”, era o nacionalismo. Aliás, Veblen (1907: 319) apresentava as ondas nacionalistas européias como evidências de que a consciência das classes trabalhadoras estaria voltada para as lutas dinásticas, e não para a revolução socialista. O fim do sistema capitalista como resultado de qualquer uma das suas propriedades, como resultado de uma “necessidade intrínseca” seria, portanto, a marca do pré-darwinismo de Marx.

E quanto aos seguidores do socialista alemão? Autor de inúmeras resenhas sobre obras dos socialistas de seu tempo, Veblen conhecia sobremaneira os trabalhos da geração reformista da passagem do XIX para o XX – uma geração de socialistas anterior à de Luxemburgo e Lênin. Declaradamente, para Veblen o reformismo de autores como Eduard Bernstein, Antonio Labriola, Enrico Ferri, Conrad Schmidt e Tugan-Baranowski estaria de acordo com os pré-conceitos de seus dias, ou seja, com a ciência pós-darwinista (Veblen, 1907: 306). O autor da crítica reconhecia que esses revisionistas estavam estudando

<sup>28</sup> A crítica vebleniana ao trabalho de Marx assenta-se principalmente sobre o primeiro volume de *O Capital*. Nas notas ainda encontra-se referências ao famoso Prefácio de 1859 e ao folheto de Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de 1880. Dois outros trabalhos secundários são importantes, um artigo bastante citado nos Estados Unidos de início do século XX, de Edwin Seligman, *The Economic Interpretation of History*, uma série publicada no *PSQ* e, do socialista austríaco Max Adler, *Kausalität und Teleologie im Streite um die Wissenschaft*, de 1904.

as instituições, os hábitos, principalmente das nações européias, com o intuito de explicar porque a revolução socialista não teria ocorrido como Marx previra (Veblen, 1907: passim). No entanto, no que diz respeito à ciência econômica, Veblen afirmava que eles pouco faziam para modificar a teoria marxiana, de modo a coaduná-la com algo na linha do que evolucionismo requeria (Veblen, 1907: 312 e ss.). O institucionalista chegava mesmo a duvidar que os revisionistas entendessem completamente o trabalho de Marx, pois não compreendiam que a economia marxiana não combinava com sua revisão não teleológica (Veblen: 1907: 300). Enfim, apesar dos elogios à postura revisionista, a conclusão de Veblen é de que uma efetiva teoria econômica, um sistema de economia política pós-darwinista ainda não teria sido elaborado pelos marxistas de seu tempo.

A crítica e a história do pensamento econômico dos textos sobre Gustav Schmoller, Marx e os marxistas é praticamente a mesma que Veblen elaborou para os clássicos. Há nessas escolas de pensamento igualmente a atenuação dos caracteres teleológicos, ao mesmo tempo em que se demonstra a tese do ambiente epistêmico. Tanto a primeira geração dos historicistas alemães quanto Marx são economistas de seu próprio tempo e, mais do que isso, de seu lugar, a Alemanha de meados do XIX. No entanto, uma diferença em relação à série que trata do pensamento clássico é importante destacar. No que diz respeito aos marxistas, não há nenhuma argumentação no sentido gradualista. A evolução que os revisionistas representam está contextualizada, mas não existe no texto de 1907 uma análise sobre uma gradual evolução em direção ao que o institucionalista considerou uma economia de caráter pós-darwinista. Contudo, consideramos que essa diferença não é importante para afetar nosso argumento central, no qual Veblen pode ser interpretado como reinventando até mesmo as tradições historicista e marxista, mostrando também nessas escolas o desenvolvimento da economia em direção à sua posição pós-darwinista.

#### **4 – À GUIA DE CONCLUSÃO: APONTAMENTOS SOBRE O LUGAR DE VEBLEN ENTRE OS ECONOMISTAS**

Thorstein Veblen foi um dos grandes da ciência econômica norte-americana. A enorme influência que a obra de Dorfman (1947, [1934]) teve sobre a compreensão da figura de Veblen, em especial sobre sua suposta marginalidade em relação à academia de seu tempo, sem dúvida afetou ao longo do século XX a dimensão do economista para a história da disciplina. Mesmo assim, ele sempre é reconhecido como o fundador do institucionalismo, que rivalizou pelo menos até 1947 com o marginalismo como pensamento econômico predominante nos Estados Unidos (Rutherford, 2011). Ainda, sem nunca ter sido filiado à *AEA*, em 1925 uma iniciativa comandada por Paul Douglas tentou eleger Veblen para a presidência da entidade. Contudo, em uma fase bem diferente de sua carreira em relação aos anos da crítica sistemática, o velho institucionalista recusou a oferta, pois economistas contrários à sua nomeação impuseram a condição de fazer um discurso no encontro anual, e eles sabiam que Veblen não iria concordar (Jorgensen, Jorgensen, 1999: 174). Em 1957, a *AEA* homenageou o centenário do ex-professor de Chicago com uma mesa-redonda organizada para discutir seu trabalho. E, bem recentemente, Veblen foi incluído entre os 18 mais importantes economistas que mereceram destaque no calendário comemorativo dos 125 anos da *AEA*, ao lado de Smith, Marx, J. S. Mill, Keynes, Hayek e outros.

Consequentemente, não é irrazoável pensar que algum grau de acordo, senão mesmo uma substancial aceitação de Veblen entre os economistas aconteceu. Nosso estudo, portanto, é uma investigação que procura contribuir com o revisionismo sobre esse acordo, e pretendeu fazer isso de dois modos.

Primeiro, sobre a necessidade dessa solução de compromisso entre o institucionalista e seus colegas de academia. Dentro disso, procuramos mostrar que o contexto em que Veblen iniciou sua carreira era justamente de formação, de caracterização, de determinação do significado da profissão do cientista economista. Assim, julgamos que dificilmente ele poderia ter se postado explicitamente como um marginal e, nessa posição, participado ativamente da vida acadêmica dos economistas norte-

americanos da Era Progressiva. Além disso, notamos que Veblen publicou seu trabalho crítico em veículos primordialmente voltados ao público economista, e no caso do *QJE*, editado por um tradicionalista, Frank Taussig. Além do mais, o próprio caráter do seu trabalho, evitando a normatividade sobre políticas sociais e econômicas, nomeadamente sobre as radicais, é em si mesmo um acordo com a cientificidade que estava ajudando na construção da legitimidade dos economistas como cientistas.

Em segundo lugar, assim como fizeram outros grandes nomes do pensamento econômico, Veblen também tem a sua versão da história da ciência. E foi nossa intenção mostrar como essa narrativa teve como um dos seus objetivos centrais promover o acordo dos economistas com sua crítica. No entanto, mais ainda, o acordo não foi buscado só em relação à crítica. A reinvenção da tradição, como foi historiada pelo primeiro institucionalista, é em si mesma uma busca pela legitimidade para sua reivindicação teórica. Pérsio Arida (1983: 28) cita alguns famosos usuários da reinvenção como expediente retórico, Keynes que inventou os clássicos, Marx que inventou a economia vulgar e Lucas que inventou a tradição austríaca. Esperamos que o nosso trabalho faça possível arrolar também Veblen, como o inventor da economia pré-darwinista. Podemos até mesmo dizer que a reinvenção vebleniana é algo mais radical, porque como procuramos demonstrar, Veblen pretendia colocar sua alternativa teórica como uma possível evolução de todas as tradições econômicas, de Smith à Cairnes, de Roscher à Schmoller e de Marx aos revisionistas socialistas de fins do XIX. E ela era uma alternativa aos desviantes e anacrônicos pré-darwinistas, os marginalistas. A questão sobre o sucesso de sua teoria na superação dos problemas criticados na tradição pré-darwinista, contudo, é tema para outros trabalhos.

Finalmente, mesmo que possamos discutir o sucesso com que Veblen realizou essa superação, é justo colocá-lo em seu devido lugar entre os economistas de seu tempo. Nessa linha, esse reposicionamento de sua figura histórica deve ajudar no aumento da atenção dos economistas ao trabalho do institucionalista. Hoje, fora da esfera da *Association for Evolutionary Economics* e do trabalho de alguns europeus como Geoffrey Hodgson, poucos, mas moderníssimos trabalhos são inspirados em Veblen (Bowles, Park, 2004; Frank, 2010). Sendo assim, imaginamos que a revisão da biografia intelectual de Veblen é uma tarefa importante para a história do pensamento econômico justamente porque, para além da própria correção da história, com o real lugar de Veblen entre os economistas mais colegas deverão inspirar-se em sua importantíssima, e nunca marginal, obra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. **Dicionário de Filosofia**. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Arida, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. **Texto para Discussão nº 54**, Departamento de Economia PUC/RJ, 1983.
- Aspromourgos, T. On the Origins of the Term ‘Neoclassical’. **Cambridge Journal of Economics**, vol. 10, n. 3, 1986.
- Barber, W. J. Laurence Laughlin. In: Emmett, R. (eds.) **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Elgar, 2010.
- Bartley, R. H. Bartley, S. E. In Search of Thorstein Veblen: further inquiries into his life and work. **International Journal of Politics, Culture and Society**, vol. 11, n. 1, 1997.
- Bartley, R. H. Bartley, S. E. In the Company of T. B. Veblen: a narrative of biographical recovery. **International Journal of Politics, Culture and Society**, vol. 13, n. 2, 1999.
- Bartley, R. H. Bartley, S. E. Stigmatizing Thorstein Veblen: a study in the confection of academic reputations. **International Journal of Politics, Culture and Society**, vol. 14, n. 2, 2000.
- Bateman, B. Clearing the Ground: the demise of the Social Gospel Movement and the rise of neoclassicism in American economics. **History of Political Economy**, vol. 30, supplement, 1998.
- Blaug, M. Sturges, P. **Who’s Who in Economics: a biographical dictionary of major economists 1700-1980**. Sussex: Wheatsheaf, 1983.

- Blaug, M. **The Methodology of Economics: or how economists explain.** 2<sup>nd</sup> Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- Bonar, J. **Philosophy and Political Economy: in some of their historical relations.** New York: MacMillan, 1893. Disponível em: <http://www.archive.org/details/philosophypoliti00bonarich>. Acesso em: 12/02/2012.
- Bowles, S. Park, Y. Emulation, Inequality, and Work Hours: was Thorstein Veblen right? **Working Papers Series**, Economics Department/University of Massachusetts, 2004.
- Camic, C. Veblen's Apprenticeship: on the translation of Gustav Cohn's *System der Finanzwissenschaft*. **History of Political Economy**, vol. 42, n. 4, 2011.
- Camic, C. Hodgson, G. (eds.) **Essential Writings of Thorstein Veblen.** (Kindle Ed.) New York: Routledge, 2011.
- Coats, A. W. What Is American About American Economics?. In: Rutherford, M. (ed.) **The Economic Mind in America: essays in the history of American economics.** London: Routledge, 1998.
- Coats, A. W. The Culture and the Economists: some reflections on Anglo-American differences. In: Coats, A. W. **The Sociology and Professionalization of Economics: British and American Essays.** Vol. II. Routledge: London, New York, 2005a.
- Coats, A. W. The First Two Decades of the American Economic Association. In: Coats, A. W. **The Sociology and Professionalization of Economics: British and American Essays.** Vol. II. Routledge: London, New York, 2005b.
- Coats, A. W. The Role of Scholarly Journals in the History of Economics: an essay. In: Coats, A. W. **The Sociology and Professionalization of Economics: British and American Essays.** Vol. II. Routledge: London, New York, 2005c.
- Conover, W. J. **Practical Nonparametric Statistics.** New York: John Wiley & Sons, 1999.
- Dorfman, J. **Thorstein Veblen and His America.** New York: Viking Press, 1947.
- Edgell, S. Thorstein Veblen: the mistaken marginality of the man from Mars. **Inaugural Conference of the International Thorstein Veblen Association.** New York: New School for Social Research, 1994.
- Edgell, S. **Veblen in Perspective: his life and work.** New York: M. E. Sharpe, 2001.
- Ely, R. Political Economy in America. **North American Review**, vol. 114, n. 363, 1887.
- Frank, R. H. Levine, A. Dijk, O. Expenditure Cascades. **NBER Working Paper Series**, 2010.
- Froman, L. A. Graduate Students in Economics: 1904-1928. **American Economic Review**, vol. 20, n. 2, 1930.
- Haskell, T. **The Emergence of Professional Social Science: the American Social Science Association and the Nineteenth-Century Crisis of Authority.** Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2000 [1977].
- Hodgson, G. **How Economics Forgot History: the problem of historical specificity in social science.** New York: Routledge, 2001.
- Hudson, M. Why Dorfman was enamoured with Veblen the Person, but not with his Ideas. **The 4<sup>th</sup> Conference of the International Thorstein Veblen Association**, New York, May 12, 2002
- Hulswit, M. **From Cause to Causation: a Peircean perspective.** (Kindle Ed.) Dordrecht: Kluwer, 2002.
- Jorgensen, E. W. Jorgensen, H. I. **Thorstein Veblen: Victorian Firebrand.** Armonk: M. E. Sharpe, 1999.
- Leonard, T. C. Religion and Evolution in Progressive Era Political Economy: adversaries or allies? **History of Political Economy**, vol. 43, n.3, 2011.
- Longawa, V. M. Episodes in the History of The Journal of Political Economy. **Journal of Political Economy**, centennial issue, vol. 100, n. 6, 1992.
- Marshall, A. The Old Generation of Economists and the New. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 11, n. 2, 1897.
- Mason, E. S. Lamont, T. S. The Harvard Economics Department from the Beginning to World War II. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 97, n. 3, 1982.
- Mayr, E. The Idea of Teleology. **Journal of the History of Ideas**, vol. 53, n. 1, 1992.
- Melamed, Y. Lin, M. Principle of Sufficient Reason. In: Zalta, E. N. (ed.) **Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/sufficient-reason/>. Acesso em: 15/02/2012.

- Morgan, M. Rutherford, M. American Economics: the character of transformation. **History of Political Economy**, vol. 30, supplement, 1998.
- New School University. **History of Economic Thought website**. Disponível em: <http://cepa.newschool.edu/het/>. Acesso em: 22/07/2011.
- Overtveldt, J. **The Chicago School: how the University of Chicago assembled the thinkers who revolutionized economics and business**. Chicago: B2, 2007.
- Perelman, C. Olbrechts-Tyteca, L. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Ross, D. **The Origins of American Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- Rutherford, M. **The Institutional Movement in American Economics, 1918-1947**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Shapin, S. **The Scientific Revolution**. (Kindle Ed.). The University of Chicago Press, 1996.
- Tilman, R. Grace Jaffe and Richard Ely on Thorstein Veblen: an unknown chapter in American economic thought. **History of Political Economy**, vol. 19, n. 1, 1987.
- Tilman, R. Revisiting the Revisionists: Veblen and his interpreters revisited. **International Journal of Politics, Culture and Society**, vol. 15, n. 4, 2002.
- Veblen, T. The Price of Wheat since 1867. **Journal of Political Economy**, vol. 1, n. 1, 1892.
- Veblen, T. The Food Supply and the Price of Wheat. **Journal of Political Economy**, vol. 1, n. 3, 1893.
- Veblen, T. The Army of Commonweal. **Journal of Political Economy**, vol. 2, n. 3, 1894.
- Veblen, T. Why Is Economics not an Evolutionary Science? **Quarterly Journal of Economics**, vol. 12, n. 4, 1898a.
- Veblen, T. The Instinct of Workmanship and Irsomeness of Labor. **American Journal of Sociology**, vol. 4, n. 2, 1898b.
- Veblen, T. The Beginnings of Ownership. **American Journal of Sociology**, vol. 4, n. 3, 1898c.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science I. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 13, n. 2, 1899a.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science II. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 13, n. 4, 1899b.
- Veblen, T. The Barbarian Status of Women. **American Journal of Sociology**, vol. 4, n. 4, 1899c.
- Veblen, T. The Preconceptions of Economic Science III. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 14, n. 2, 1900.
- Veblen, T. Gustav Schmoller's Economics. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 16, n. 1, 1901.
- Veblen, T. The Socialist Economics of Karl Marx and its Followers I. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 20, n. 4, 1906a.
- Veblen, T. The Place of Science in Modern Civilisation. **American Journal of Sociology**, vol. 11, n. 5, 1906b.
- Veblen, T. The Socialist Economics of Karl Marx and its Followers II. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 21, n. 2, 1907.
- Veblen, T. The Limitations of Marginal Utility. **Journal of Political Economy**, vol. 17, n. 9, 1909.
- Veblen, T. **The Theory of Leisure Class**. The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 1. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004a [1899].
- Veblen, T. **The Theory of Business enterprise**. The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 2. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004b [1904].
- Veblen, T. **The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts**. The Collected Works of Thorstein Veblen, vol. 3. London: Routledge/Thoemmes Press, 2004c [1914].
- Weisberg, M. Needham, P. Hendry, R. Philosophy of Chemistry. In: Zalta, E. N. (ed.) **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/sufficient-reason/>. Acesso em: 20/02/2012.
- Wiebe, R. **The Search for Order: 1877-1920**. New York: Hill & Young, 2001 [1967].
- Yonay, Y. **The struggle over the Soul of Economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.